



# Boletim de Legislação



**EJEJ** - escola que forma e informa

**Nº 611 – 30 de setembro de 2020**

**Abrangência: 19/09/2020 a 25/09/2020**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## ATOS DO CONGRESSO NACIONAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 123	DOU; 22/09/2020	Encerra o prazo de vigência da Medida Provisória n. 966, de 13.5.2020, que "Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da Covid-19".	<a href="#">Ato Declaratório 123</a> (Site da Imprensa Nacional)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.491	DOU; 24/09/2020	Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6.5.1999.	<a href="#">Dec. 10.491</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.494	DOU; 24/09/2020	Institui o PagTeseuro como plataforma digital para pagamento e recolhimento de valores à Conta Única do Tesouro Nacional	<a href="#">Dec. 10.494</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.060	DOU; 24/09/2020	Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4.6.2009, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	<a href="#">Lei 14.060</a> (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.061	DOU; 24/09/2020	Prorroga até 30.9.2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22.4.2020; e dá outras providências.	<a href="#">Lei 14.061</a> (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.063	DOU; 24/09/2020	Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19.9.1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal; a Lei nº 5.991, de 17.12.1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências; e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24.8.2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	<a href="#">Lei 14.063</a> (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 175	DOU; 24/09/2020	Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31.7.2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências.	<a href="#">Lei Compl. 175</a> (Site da Presidência da República)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.003	DOU; 24/09/2020	Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.	<a href="#">Med. Prov. 1.003</a> (Site da Presidência da República)

### **ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 933	DOU; 22/09/2020	Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID 19).	<a href="#">Port. 933</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1	DOU; 21/09/2020	Dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa, nos programas de atendimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional e dá outras providências.	<a href="#">Recom. Conj. 1</a> (Site da Imprensa Nacional)

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3	DJE/CNJ; 25/09/2020	Regulamenta a atuação do Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e de Projetos Institucionais no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.	<a href="#">Port. 3</a> (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 192	DJE/CNJ; 19/09/2020	Designa os integrantes do Grupo de Trabalho "Observatório dos Direitos Humanos no Poder Judiciário", instituído pela Portaria no 190/2020.	<a href="#">Port. 192</a> (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 74	DJE/CNJ; 22/09/2020	Recomenda medidas para implementação de política de dados abertos no âmbito do Poder Judiciário.	<a href="#">Recom. 74</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 333	DJE/CNJ; 22/09/2020	Determina a inclusão de campo/espaco denominado Estatística na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário indicados nos incisos I-A a IV, VI e VII do art. 92 da Constituição Federal e dá outras providências.	<a href="#">Res. 333</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 334	DJE/CNJ; 22/09/2020	Institui o Comitê Consultivo de Dados Abertos e Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário.	<a href="#">Res. 334</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 22	DJE/STJ; 25/09/2020	Altera a Resolução STJ/GP n. 19/2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19).	<a href="#">Res. 22</a> (Site do STJ)

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 88	Minas Gerais; 24/09/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e dá outras providências.	<a href="#">Delib. 88</a> (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 89	Minas Gerais; 24/09/2020	Dispõe sobre a autorização do retorno gradual e seguro das atividades presenciais nas unidades de ensino que especifica, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Estado.	<a href="#">Delib. 89</a> (Site da ALMG)
LEI Nº 23.686	Minas Gerais; 23/09/2020	Acrescenta o art. 7º-A à Lei nº 23.630, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas a serem adotadas no âmbito das políticas públicas de recursos humanos durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo Coronavírus, e dá outras providências.	<a href="#">Lei 23.686</a> (Site da ALMG)
LEI COMPLEMENTAR Nº 156	Minas Gerais; 23/09/2020	Altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, e a Lei Complementar nº 132, de 7 de janeiro de 2014, institui fundos de previdência do Estado e dá outras providências.	<a href="#">Lei Compl. 156</a> (Site da ALMG)

## ATOS NORMATIVOS DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 5	Minas Gerais; 22/09/2020	Estabelece, no âmbito do Gabinete Militar do Governador, medidas para retomada da atividade presencial de trabalho, observadas as ações de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19.	<a href="#">Res. 5</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

## ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
-------------	-----------------------	---------------	--------------------------

RESOLUÇÃO Nº 706	Minas Gerais; 24/09/2020	Dispõe sobre a aprovação do Programa de transferência de renda emergencial temporária do Governo do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, seus critérios de elegibilidade e responsabilidades para o ano de 2020.	<a href="#">Res. 706</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)
RESOLUÇÃO Nº 707	Minas Gerais; 24/09/2020	Aprova a partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social destinados às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia - COVID-19, nos municípios mineiros.	<a href="#">Res. 707</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

### ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 8	Minas Gerais; 23/09/2020	Dispõe sobre a retomada e adequação das atividades nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais, em caráter excepcional, considerando as medidas de prevenção à disseminação da COVID-19 no âmbito do Sistema Prisional.	<a href="#">Res. Conj. 8</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

### ATOS NORMATIVOS DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 74	Minas Gerais; 25/09/2020	Estabelece, no âmbito da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais – AGE, medidas para retomada gradual da atividade presencial.	<a href="#">Res. 74</a> (Site da Casa Civil do Governo de Minas)

### ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 4.976	DJE; 22/09/2020	Acrescenta o inciso CCCXIII ao art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que “autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016”.	<a href="#">Port. 4.976</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.977	DJE; 24/09/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.552, de 6 de setembro de 2019, que "Constitui Comissão para organizar a programação comemorativa dos 300 anos de criação da Comarca do Serro".	<a href="#">Port. 4.977</a> (Site do TJMG)

PORTARIA CONJUNTA Nº 25	DJE; 21/09/2020	Altera a Portaria Conjunta nº 1, de 2 de agosto de 2016, que "Regulamenta o Sistema Eletrônico de Execução Unificada - SEEU, criado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências".	<a href="#">Port. 25</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.052	DJE; 21/09/2020	Declara luto oficial no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.052</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.053	DJE; 22/09/2020	Dispõe sobre a implantação da pré-atermação "online" nos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.053</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.054	DJE; 23/09/2020	Institui o Plano de Ação de Esforço Concentrado - Mutirões PROJEF para realização de mutirões de audiências de mediação e conciliação presenciais ou virtuais como uma das ações do "Programa Justiça Eficiente - PROJEF", a que se refere a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.024, de 13 de julho de 2020.	<a href="#">Port. Conj. 1.054</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.055	DJE; 23/09/2020	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Virtual - CEJUSC Virtual no âmbito do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. Conj. 1.055</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.056	DJE; 23/09/2020	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a realização de sessões de conciliação e de mediação no âmbito Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC Virtual.	<a href="#">Port. Conj. 1.056</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.057	DJE; 24/09/2020 e 25/09/2020 ( <i>Republicação</i> )	Institui a medalha comemorativa dos 300 anos da Comarca do Serro.	<a href="#">Port. Conj. 1.057</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.058	DJE; 25/09/2020	Estabelece a retomada das atividades presenciais nas comarcas que menciona e dá outras providências.	<a href="#">Port. Conj. 1.058</a> (Site do TJMG)

### **ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 2	DJE; 21/09/2020	Instrui sobre o uso de veículos da frota oficial, disponibilizados à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Inst. Serv. 2</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.275 (EXTRATO)	DJE; 21/09/2020	Instaurar Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 6.275</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.562	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Cambuí.	<a href="#">Port. 6.562</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.563	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Itambacuri.	<a href="#">Port. 6.563</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.564	DJE; 21/09/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Oliveira.	<a href="#">Port. 6.564</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.565	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Patrocínio.	<a href="#">Port. 6.565</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.566	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Ouro Fino.	<a href="#">Port. 6.566</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.567	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Pedro Leopoldo.	<a href="#">Port. 6.567</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.568	DJE; 21/09/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Ponte Nova.	<a href="#">Port. 6.568</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.569	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Lagoa da Prata.	<a href="#">Port. 6.569</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.570	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Teófilo Otoni.	<a href="#">Port. 6.570</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.571	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Boa Esperança.	<a href="#">Port. 6.571</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.572	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Andradas.	<a href="#">Port. 6.572</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.573	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de São Sebastião do Paraíso.	<a href="#">Port. 6.573</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.574	DJE; 21/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de São Lourenço.	<a href="#">Port. 6.574</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.575	DJE; 21/09/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de São Francisco.	<a href="#">Port. 6.575</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.575	DJE; 21/09/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de São Francisco.	<a href="#">Port. 6.575</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.576	DJE; 21/09/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Santos Dumont.	<a href="#">Port. 6.576</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.578	DJE; 24/09/2020	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Cássia.	<a href="#">Port. 6.578</a> (Site do TJMG)

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*